

# A RETÓRICA E SEUS CONFLITOS: DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA ÀS REDES SOCIAIS

RHETORIC AND ITS CONFLICTS: FROM CLASSICAL ANTIQUITY TO SOCIAL MEDIA

RENATO AMBRÓSIO\*

**Resumo:** Neste texto se analisará uma visão da retórica enquanto potencialmente provocadora de conflitos entre os homens e desagregadora de cidades. Essa sombra duvidosa, e os riscos que ela trazia consigo, foi vista, em alguns momentos, como uma característica da própria linguagem humana, mas sempre foi a retórica a arte que exibía com mais evidência esses riscos. Em seguida se procurará, entre autores contemporâneos, conceitos que possam, se não eliminar, limitar ou controlar da algum modo, a ação da retórica considerando seus agentes, retores e oradores, como agentes racionais e inovadores de ideologia. Por fim veremos se esses conceitos poderiam ter os mesmos efeitos para a retórica no mundo virtual das redes sociais.

**Palavras-chave:** retórica; filosofia da linguagem; redes sociais.

**Abstract:** This paper examines a certain vision of rhetoric as a potentially conflict-provoking force among individuals and as a factor capable of destabilizing cities. While this ambiguous shadow, and its attendant risks were at times regarded as inherent to human language itself, rhetoric has consistently been the art that most clearly exposes these risks. The study then explores contemporary theoretical frameworks that may, if not eliminate, at least limit or regulate the effects of rhetoric considering its practioners , teachers and orators, as rational and innovative agents of ideology. Finally, it considers whether these frameworks might exert similar influence on rhetoric within the virtual realm of social media.

**Keywords:** rhetoric; philosophy of language; social media.

---

\* Professor na Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. E-mail: ambrosio.bianchi@gmail.com.

O título deste texto já começa associando a retórica a seus conflitos. E esses conflitos são tanto aqueles intrínsecos à prática dos retores e oradores, antigos e contemporâneos, quanto aqueles que seriam as consequências da prática da retórica. Apesar de se apresentar aqui se não uma tentativa de resolução para os conflitos causados pela retórica, ao menos alguns conceitos que poderiam de certa forma limitar esses conflitos, o autor gostaria que tanto o título como o texto em si fossem, no final das contas, mais leves e otimistas. No entanto, como diz o provérbio citado em epígrafe no conto “A hora e a vez de Augusto Matraga” de Guimarães Rosa: “o sapo não pula por boniteza, mas por precisão”. E no que diz respeito a este texto, aqui “precisão” é sinônimo de “ser preciso e urgente”.

Procuraremos neste texto abordar uma certa visão da retórica, em particular da retórica que se constitui no período helenístico romano, que a acompanha desde o seu surgimento, visão essa que a apresenta como algo negativo e prejudicial aos homens e às cidades. Esse aspecto negativo da retórica está presente tanto em autores da Antiguidade Clássica como em autores da chamada Idade Moderna, tanto entre retores e oradores como também entre filósofos, e sempre projetou sobre ela uma sombra duvidosa. Em alguns momentos, para alguns filósofos, essa sombra duvidosa, como veremos mais adiante, já pairava sobre a própria linguagem humana, ou mesmo já se encontrava na própria linguagem humana e na sua incapacidade de ser um veículo apropriado para se atingir a verdade, sobretudo no que se refere às “ideias muito complexas, que são no mais das vezes palavras da moral”, que “raramente têm o mesmo significado preciso em dois homens diferentes”. Essa limitação da linguagem humana seria levada ao seu extremo, e seria usada e abusada em todas as suas potencialidades pela retórica, sobretudo pela retórica apartada da sabedoria, por ser ela arte que se serve da própria linguagem humana para atingir seus fins, que tradicionalmente foram quase sempre associados à persuasão, e não à busca da verdade.

Por meio da análise de algumas reflexões de alguns retores, oradores, filósofos, antigos e modernos, procuraremos estabelecer de que foram sendo estabelecidos os elementos que consolidando essa imagem da retórica e da eloquência como um “potente instrumento de erro e de falácia”. Procuraremos em seguida encontrar em autores modernos, do século XX, argumentos que possam contribuir para uma visão diferente da retórica, que de alguma forma pudesse trazer elementos que considerasse a atividade dos retores e oradores como agentes racionais e inovadores de ideologia, cuja ação não deveria ser vista apenas como artífices de instrumentos de erro e falácia que

visariam apenas o engano e a ruína de homens e cidades. Uma visão que de certa forma possa estabelecer limites, certas medidas de cunho racional (talvez poderíamos dizer lógicos) à ação da retórica como um instrumento de criação e transformação de ideias e conceitos que podem levar a transformações no mundo real.

Na última parte deste artigo serão abordados, de maneira muito introdutória, o que denominamos aqui de “novíssima retórica”, que surgiu e se difundiu quase que paralelamente a um novo mundo: o mundo virtual<sup>1</sup>.

Aqui os conceitos de agente racional e inovador de ideologia, que foram utilizados anteriormente em uma tentativa de resgatar a retórica clássica da sombra duvidosa que a acompanha desde a sua origem, aparecerão com sinal invertido. Nesse mundo virtual, ou nos mundos virtuais, veremos o surgimento de inovadores de ideologia que não precisariam mais se preocupar com pressupostos ou fundamentos racionais para suas ideologias. Essa novíssima retórica parece ser muito mais poderosa do que a clássica (aquela sem sabedoria), traz sobre si, e muito mais densa, aquela sombra duvidosa de “potente instrumento de erro e de falácia”, que pode provocar mudanças no mundo real. Mudanças cujas consequências são ainda imprevisíveis.

O retores e oradores antigos, ao menos da visão de Cícero, tinham consciência de algumas dificuldades que esse seu ofício lhes impunha, pois como ele afirma do *De oratore*:

Pois nós tanto falamos diante de gente que não sabe do que falamos, como do que falamos nós mesmos não sabemos. E assim os nossos ouvintes, em diferentes situações, sentem e julgam diferentemente as mesmas coisas, e nós mesmos frequentemente defendemos causas contrárias, de modo que não só Crasso pode discursar contra mim e eu contra ele, o que implica que um dos dois, necessariamente, faz um discurso falso, mas também que cada um de nós, em ocasiões diferentes, defende aspectos diferentes de uma mesma coisa, enquanto o verdadeiro não pode ser mais do que um (*De oratore*, II. 7. 30)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Aqui abordaremos aspectos negativos desse mundo virtual das redes sociais, mas não queremos com isso negar as inúmeras aplicações e potencialidades positivas desse mundo virtual, da Internet e das redes sociais para o desenvolvimento e o bem-estar da humanidade. Neste mesmo texto, para que se evite a pecha de hipócritas, usamos mais de uma vez a Internet.

<sup>2</sup> “*Nam et apud eos dicimus qui nesciunt, et ea dicimus quae nescimus ipsi. Itaque et illi alias aliud isdem de rebus et sentiunt et iudicant et nos contrarias saepe causas dicimus, non modo ut Crassus contra me dicat aut ego contra Crassum, cum alterutr necesse est falsum dicere,*

Além de se verem na contingência de terem de falar sobre coisas para eles desconhecidas, os retores se viam também, com frequência, na condição de defenderem causas contrárias entre si, o que muitas vezes fazia com que pairasse uma sombra dúbia sobre eles<sup>3</sup>. De fato, por mais que o seu público não soubesse nada sobre o que retor lhes falava, não era difícil que esse público, ou pelo menos uma parte dele, pudesse concluir que entre duas opiniões divergentes sobre uma mesma coisa, sobre uma mesma causa, uma tinha de ser necessariamente falsa, pois, como vimos acima, “o verdadeiro não pode ser mais de um”. Sendo assim poderia ser difícil para o público saber quando o discurso do retor exprimia o verdadeiro e quando não o exprimia.

E se não bastasse a frequente ignorância do público diante do qual os retores tinha que falar, os homens que compunham seu público muitas vezes tinham uma forma de julgar que nem sempre levavam em conta o verdadeiro, ou esse verdadeiro sofria uma séria concorrência, no julgamento do público, de outros critérios.

Os homens julgam, pois, muitas coisas mais pelo ódio ou amor, pelo desejo ou ira, pela dor ou alegria, pela esperança ou temor, pelo erro ou por qualquer outra comoção da alma, mais do que pela verdade ou por alguma disposição ou norma de direito, ou precedente legal, ou pelas leis (*De oratore*, II. 42. 178).<sup>4</sup>

Talvez seja diante dessa impossibilidade de se saber sobre todos os temas que o retor eventualmente pode vir a falar a seu público, e dessa maneira

---

*sed etiam ut uterque nostrum eadem de re alias aliud defendat, cum plus uno uerum esse non possit*” (Cícero, *De oratore*, II. 7. 30).

<sup>3</sup> Basta lembrar do decreto que expulsou de Roma os retóricos, em 161 a.C., junto com os filósofos (Suetônio. *Gram.* 25), que foram fundamentais no ensino da retórica. A razão para a expulsão dos retóricos é difícil de determinar, mas talvez tenha sido devido à relativa sofisticação e eficácia das técnicas gregas, em comparação com a retórica romana tal como personificada na figura contemporânea de Catão, o Velho, que tanto insistiu na simplicidade rústica e no sentimento anti-helênico. Mas a expulsão dos retóricos também pode ter tido algo a ver com a preocupação sentida pela elite senatorial sobre o uso de retórica por estranhos que estavam começando a forjar carreiras, consideradas, então, como uma ameaça à ordem política estabelecida. William J. Dominik. “As origens e o desenvolvimento da retórica romana” in Mosaico clássico: variações acerca do mundo antigo / José Amarante, Luciene Lages (organizadores.). Salvador : UFBA, 2012.

<sup>4</sup> “*Plura enim multo homines iudicant odio aut amore aut cupiditate aut iracundia aut dolore aut laetitia aut spe aut timore aut errore aut aliqua permotione mentis quam ueritate aut praescripto aut iuris norma aliqua aut iudicii formula aut legibus*” (Cícero, *De oratore*, II. 42. 178).

de julgar que os homens têm, que levou Cícero a dar mais importância, na formação de um orador, à prática do que os preceitos, pois não há preceito que possa oferecer a onisciência ao retor, e nem que lhe ensine a lidar com todas as variáveis que vimos na citação anterior pelas quais os homens julgam. Essa ideia parece expressa por vários retores. Na frase atribuída a Catão por Gaio Júlio Victor na sua *Ars rhetorica*, “*res tene, uerba sequentur*”, que poderemos traduzir por “domina o assunto, as apalavras seguirão [por si]”. Em Cícero, podemos ler que:

De fato, eu penso que há essa força em todos esses preceitos não porque seguindo-os os oradores atingiram a fama da eloquência, mas porque, por sua iniciativa, alguns observaram e organizaram aquilo que os homens eloquentes faziam. Assim, não foi a eloquência que nasceu do preceito retórico, mas o preceito retórico que nasceu da eloquência [...] (*De oratore*, I. 32.146)<sup>5</sup>.

Se é a eloquência que precede os preceitos (ou artifícios) retóricos e a eloquência pode ser alcançada mais pela prática do que pelos preceitos, há algo do que ela, segundo Cícero, não pode prescindir: a sabedoria. A eloquência sem a sabedoria (*sapientia*) é mais nociva do que útil. No *De Inventione*, Cícero afirma que depois de ter muito pensado se os homens e as cidades obtiveram mais proveito do que males da eloquência (*copia dicendi*), chegou à seguinte conclusão:

Mas a própria razão, na verdade, depois de ter eu por muito tempo pensado, me conduziu principalmente a esta opinião, que eu considerasse que a sabedoria sem eloquência é muito pouco útil às cidades, mas que a eloquência sem a sabedoria geralmente causa muito dano, e nunca é útil (*De Inventione*, I. I. 1)<sup>6</sup>.

E um pouco mais adiante, no mesmo livro, Cícero escreve:

[...] de fato, depois que uma certa condescendência, viciosa imitadora da sabedoria, sem consideração para com os deveres, obteve os recursos da

<sup>5</sup> “*Verum ego hanc uim intellego esse in praeceptis omnibus, non ut ea secuti oratores eloquentiae laudem sit adepti, sed quae sua sponte homines eloquentes facerent, ea quosdam observasse atque digessisse. Sic non esse eloquentiam ex artificio, sed artificium ex eloquentiae natum [...]*” (Cícero, *De oratore*, I. 32.146).

<sup>6</sup> “*Ac me quidem diu cogitantem ratio ipsa in hanc potissimum sententiam ducit, ut existimem sapientiam sine eloquentia parum prodesse ciuitatibus, eloquentiam vero sine sapientia nimium obesse plerumque, prodesse nunquam*” (Cícero, *De Inventione*, I. I. 1).

eloquência, então a malícia, apoiada pelo engenho, perverteu as cidades e se acostumou a arruinar a vida dos homens (*De Inventione*, I. II. 3)<sup>7</sup>.

A mesma ideia dos perigos que a eloquência sem sabedoria representa nas mãos (ou na voz) indevidas, viciosas e de má índole aparece mais tarde também em Quintiliano, que recorre à imagem de Catão para explicar que tipo de contribuição pretende trazer “à arte de dizer” e que orador se propõe a formar.

O orador que me proponho formar é aquele definido por Catão como “um homem bom, perito na arte de dizer”<sup>8</sup>. E, de fato, o que também Catão colocou primeiro é seu aspecto melhor e maior por sua própria natureza, principalmente ser bom. E isso não só porque se aquela habilidade retórica instruisse somente à má índole, nada, tanto nas coisas públicas como privadas, seria mais pernicioso do que a eloquência; mas eu mesmo, que dentro de minhas possibilidades tenho tentado trazer alguma contribuição à arte de dizer, pessimamente teria servido às coisas humanas se preparasse essa arma para mercenários e ladrões, não para soldados (Quintiliano, XII. 1. 1)<sup>9</sup>.

A retórica sem sabedoria e nas mãos de alguém que não seja bom é um perigo, um mal a ser evitado. E ao mesmo tempo essas duas condições um pouco se embrincam, pois a sabedoria sempre tenderia, para esses autores citados, a levar os homens ao que é bom, e a se tornarem melhores. Essa ideia de que a eloquência sem a sabedoria é um perigo para os homens e as cidades teve (e talvez ainda tenha) uma vida longa, e não só na Antiguidade Clássica. Ela aparece também no que comumente se denomina de “Idade Moderna”. No *De Cives*, Capítulo XII, 12, de Hobbes, onde ele trata das

<sup>7</sup> “[...] *postquam uero commoditas quaedam, prava uirtutis imitatrix, sine ratione officii, dicenda copia consecuta est, tum ingenio freta malitia peruertere urbes et uita hominum labefactare assueuit*” (Cícero, *De Inventione*, I. II. 3).

<sup>8</sup> A “arte do dizer” é um decalque que quisemos manter aqui da expressão latina *ars dicendi*, usada pelos autores latinos para se referir à eloquência e mesmo à retórica. Assim como o verbo “dizer” traduz em outras passagens o sentido técnico do verbo latino *dico*: dizer, discursar, ordenadamente conforme os preceitos da retórica.

<sup>9</sup> “*Si ergo nobis orator constituimus is qui a M. Catone finitur uir bonus dicendi peritus, uerum, id quod et ille posuit prius et ipsa natura potius ac maius est, utique uir bonus: id non eo tantum quod, si uis illa dicendi malitiam instruxerit, nihil sit publicis priuatisque rebus perniciosius eloquentia, nosque ipse, qui pro uirili parte conferre aliquid ad facultatem dicendi conati sumus, pessime mereamus rebus humanis si latroni comparamus haec arma, non militi*” (Quintiliano, XII. 1. 1).

causas internas que tendem à dissolução do governo, também encontramos a eloquência desprovida de sabedoria.

Mas a eloquência tem dois aspectos. O primeiro é o de uma expressão elegante e clara que a mente concebe, e nasce em parte da contemplação das coisas mesmas, em parte da compreensão das palavras consideradas em seu significado próprio e definido. O outro é uma comoção das paixões da mente (tais como a esperança, o medo, a ira, a piedade) e deriva de um uso metafórico de palavras adequadas às paixões. O primeiro elabora um discurso a partir de princípios verdadeiros; o segundo a partir de opiniões já recebidas, de qualquer natureza que sejam. A arte do primeiro é a lógica, do segundo a retórica; o fim daquele é a verdade, deste a vitória. Cada qual tem seu uso, um em deliberações, outro em exortações; pois aquele nunca se desliga da sabedoria, este quase sempre<sup>10</sup> (Hobbes, 2002 [1642], p. 193, 194).

Nesse trecho o que aparece não é mais uma separação entre retórica com sabedoria e retórica sem sabedoria, mas o que temos aqui é o surgimento de um novo termo para o que seria, para Cícero e Quintiliano, a verdadeira retórica, aquela acompanhada de sabedoria. Essa para Hobbes seria a lógica, enquanto a retórica sem sabedoria continua ser chamada de retórica mesmo. Esse novo modo de ver as coisas é importante, vale a pena aqui colocar seus termos em um quadro para melhor visualizá-los:

### As diferenças entre lógica e retórica em Hobbes

(fonte: autoria própria)

Lógica	Retórica
expressão elegante e clara que nasce em parte da contemplação das coisas mesmas	comoção das paixões da mente (tais como a esperança, o medo, a ira, a piedade)
compreensão das palavras consideradas em seu significado próprio e definido	uso metafórico de palavras adequadas às paixões
discurso a partir de princípios verdadeiros	[discurso] a partir de opiniões já recebidas, de qualquer natureza que sejam.
fim é a verdade	[o fim] desta é a vitória
seu uso é em deliberações	[seu uso é ] em exortações
nunca se desliga da sabedoria	este quase sempre [se desliga da sabedoria]

<sup>10</sup> Hobbes, 2002, p.193-194.

A retórica para Hobbes se limita justamente àqueles critérios pelos homens quais, segundo Cícero, os homens julgariam, e que vimos citados acima (cf. nota 4): ódio, amor, desejo, ira, dor, alegria, esperança, temor, pelo erro ou qualquer outra comoção da alma desse tipo. Hobbes acrescenta à lista a piedade e o desejo de vitória, além de identificar o uso que a retórica faz das palavras, o “uso metafórico adequadas às paixões”, e o âmbito da retórica: as exortações. Como o âmbito da lógica é as deliberações, parece que à retórica deveria ser excluída desse âmbito. E dos três gêneros de discurso que havia para a retórica antiga, judiciário, deliberativo e demonstrativo, parece agora que os dois primeiros cujos âmbitos são respectivamente os tribunais e as assembleias políticas, cabem à lógica. E o gênero demonstrativo (ou epidítico), que abrange tudo o que não é discurso judiciário ou deliberativo, permaneceria à mercê da retórica. Mas parece que as coisas nunca foram tão simples.

Além de estabelecer essa diferença entre lógica e retórica, quando Hobbes aborda o perigo que a retórica pode representar para a paz e para a sociedade civil, que poderia levar à dissolução de governos, esse perigo é representado não pela “eloquência que explica as coisas como são”, mas àquela que comove a mente. A eloquência que se aparta do verdadeiro conhecimento das coisas, da sabedoria; e os que se servem desse tipo de eloquência não conseguiriam envenenar o povo com suas opiniões contrárias à paz se eles mesmo não as compartilhassem. Esse tipo de eloquência, ainda segundo Hobbes, torna os indivíduos tolos, mais maldispostos do que já são, faz com que as coisas pareçam piores do que realmente são. Tudo isso seria consequência daquela espécie de eloquência que comove as mentes dos ouvintes (ou leitores) e faz com que tudo pareça ser como suas mentes já tinham imaginado que eram (Hobbes, 2002 [1642], p. 194).

Vale a pena notar que quando Hobbes fala daqueles que “instigam o povo às inovações”, ele afirma que “eles não conseguiriam envenenar o povo com aquelas opiniões absurdas contrárias à paz e à sociedade civil, a não ser que eles mesmos as compartilhassem”. Essa crítica à retórica em Hobbes está de acordo com o que ele já havia proposto na Epístola Dedicatória ao Conde William de Devonshire, a qual serviu de prefácio ao *De Cive*. Nessa carta ele expressa um bom modo, segundo o qual as ações humanas deveriam, ou poderiam, ser conhecida para fazer com que a humanidade gozasse uma paz sem fim. Se as ações humanas pudessem ser conhecidas com a precisão da geometria, então as opiniões erradas sobre o que é certo e errado, que

sustentam a força da avareza e da ambição, desapareciam, e os homens viveriam eternamente em paz. (Hobbes, 2002 [1642], p. 5-6).

Mas quando se trata das ações humanas, que é o campo da filosofia moral, no qual lidamos com o que pode ser considerado certo ou errado, com termos que ao mesmo tempo que descrevem avaliam, uma exatidão geométrica é impossível, e o que temos nesse campo os filósofos tem algo em comum com os retores e oradores que vimos em Cícero no início do nosso percurso. Os filósofos, na visão de Hobbes, se dividem em opiniões contrárias e hostis sobre uma mesa ação. E o mesmo homem, em momentos distintos, abraça opiniões diversas e cada uma avalia suas próprias ações de modo muito diferente do que faria se essas mesmas ações fossem cometidas por outrem. Diante de tal situação, ele conclui que o que tudo o que os filósofos morais escreveram até o período dele em nada avançaram no caminho da verdade (Hobbes, 2002 [1642], p. 6).

Esse fracasso dos filósofos morais no caminho da verdade estaria ligado a falibilidade da linguagem humana, representada sobretudo pela retórica, ou pela retórica sem a sabedoria, aquela das exortações caracterizada por Hobbes e Cícero. Essa ansiedade em relação à inconfiabilidade da retórica, e até das palavras em geral, está presente também no *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*, de John Locke, publicado em 1690. No Livro III, (cujo título é “Sobre as Palavras e a Linguagem em geral”) dessa obra, Locke examina as funções da linguagem, e assim descreve onde se contraria, ou a causa da “imperfeição das palavras”, vale a pena citar esse trecho inteiro aqui, pois ele, de certa forma, se aproxima da diferença que Ferdinand Saussure faria, séculos mais tarde, entre significante e significado.

Visto que o objetivo principal da linguagem na ação de comunicar consiste em conseguir a compreensão, as palavras não satisfazem oportunamente esse objetivo, nem no discurso civil, nem no discurso filosófico, quando algumas palavras não suscitam no ouvinte a mesma ideia pela qual elas estão na mente de quem fala. [...] a dúvida e a incerteza do significado das palavras, que é a imperfeição da qual estamos falando aqui, encontram sua causa mais nas ideias designadas pelas palavras do que em qualquer incapacidade, presente em um som mais do que em outro, de significar uma ideia: de fato, quanto a isso todos os sons são igualmente perfeitos. Portanto, o que determina a dúvida e a incerteza no significado de certas palavras mais do que em outras reside na diferença das ideias por ela designadas (Locke III, IX, 4, 2007 [1690]).

E a partir dessa constatação a respeito da imperfeição da linguagem na ação de comunicar, da inelutável diferença das ideias designadas pela linguagem natural, Locke chega praticamente às mesmas conclusões de Hobbes quanto ao uso dos termos avaliativos (aqueles que mesmo tempo que descrevem, avaliam) no campo da moral. Para ele, os nomes dados às ideias muito complexas, no mais das vezes ideias ligadas ao campo da mora, raramente tem o mesmo significado preciso para dois homens diferentes. E uma mesma pessoa pode divergir da ideia, da opinião que tinha no dia anterior, ou que terá no dia seguinte (Locke III, IX, 6, 2007 [1690])<sup>11</sup>.

E são essas imperfeições das línguas naturais quando têm de lidar com os termos avaliativos e o campo da moral que, também em Locke, levam à condenação da retórica, pois é justamente ela que procura entender – e ensinar – os recursos das línguas naturais pelos quais se pode persuadir o ouvinte, inclusive no campo da moral. No Capítulo X do Livro III (III, X, 34) do *Ensaio Acerca do entendimento Humano*, Locke trata do abuso da linguagem no uso do discurso figurado. Primeiramente ele estabelece o âmbito em que é lícito os *idola fori* de Bacon<sup>12</sup>, ou o “uso metafórico das palavras adequadas às paixões” que comove as paixões da mente de que fala Hobbes. Afirma Locke que a argúcia e a fantasia é mais bem acolhida no nosso mundo do que a verdade e o conhecimento verdadeiro; e a linguagem figurada e alusiva não são consideradas uma imperfeição ou abuso, os ornamentos, a argúcia e a fantasia dificilmente são considerados erros (Locke, III, IX, 6, 2007 [1690]).

Aqui em Locke, como já vimos acontecer em Hobbes (Hobbes, 2002 [1642], 193-94), a constatação da imperfeição da linguagem vem acompanhada da localização do âmbito no qual essa imperfeição, argúcia e fantasia. Ela se

<sup>11</sup> De novo aqui encontramos uma certa semelhança com prática dos oradores e retores que vimos e, Cícero (cf. nota 1) e em Hobbes (2002 [1642], p. 6).

<sup>12</sup> Para Bacon, *No Novum Organum*, [XXXIX] “São de quatro gêneros os ídolos que bloqueiam a mente humana. A eles (para melhor ensiná-los) lhes atribuímos os seguinte nomes: como primeiro gênero ídolos da tribo, o segundo ídolos da caverna, o terceiro do fórum e o quarto são chamados ídolos do teatro. E os *idola fori Bacon* assim os define: [XLIII] Há também os ídolos provenientes, de certa forma, do intercurso e da associação recíproca dos indivíduos do gênero humano entre si, que chamamos *ídolos do fórum*, devido ao comércio e consórcio entre os homens. Com efeito, os homens se associam graças à conversação, e as palavras são cunhadas pelo vulgo. E as palavras, impostas de maneira imprópria e inepta, bloqueiam espantosamente o intelecto. Nem as definições, nem as explicações com que os homens doutos se munem e se defendem, em certos domínios, recolocam, de nenhum modo, as coisas em seu lugar. Ao contrário, as palavras forçam o intelecto e o perturbam por completo. E os homens são assim arrastados a inúmeras e inanes controvérsias e fantasias.

encontra na linguagem figurada e na alusão na linguagem. A retórica, com sua linguagem imperfeita, figurada e alusiva, no entanto, tem um âmbito no qual, para Locke, ela é admissível: nas arengas e nas orações populares, quando se visa o prazer e o deleite; por outro lado, deve ser totalmente evitada, quando se pretende informar ou instruir, quando o objetivo principal dos discursos é a verdade e o conhecimento (Locke, III, X, 6, 2007 [1690]).

Locke também não deixa de observar que o gênero humano quão pouco se preocupa com a preservação e o aperfeiçoamento da verdade, e quanto prefere as “artes da falácia”. Os homens, na visão deste filósofo, amam enganar e ser enganado, prova disso, para ele, é que a retórica, “potente instrumento de erro e falácia”, tem seus professores, é publicamente ensinada e goza de grande consideração. E Locke termina suas considerações sobre a retórica e a eloquência, afirmando que “eloquência, como o belo sexo, tem sem si muitos e poderosos encantos para suportar que se fale mal dela”, e seria vão, segundo ele, “criticar essas artes do engano, nas quais os homens encontram prazer em ser enganados (Locke, III, IX, 6, 2007 [1690]).

Vale a pena notar aqui que tanto em Hobbes, quando faz a separação entre lógica e retórica, como nas palavras de Locke que citamos acima, há também uma separação entre as funções que os retores antigos atribuíam a retórica. Lemos no *De oratore* (II, 27, 116) de Cícero que “Toda a arte do dizer se apoia nesses três meios de persuasão: que provemos ser verdadeiras as coisas que defendemos, que conciliamos aqueles que nos ouvem, e para que atraíamos seus pensamentos para qualquer comoção que a causa exigirá”<sup>13</sup>. Nos trechos de Hobbes e Locke que citamos acima, há uma cisão entre esses meios de persuasão que para Cícero pertenciam todos eles à retórica.

Em Hobbes e Locke, no entanto, parece que a retórica pode ser admitida apenas nas exortações, “nos discursos nos quais procuramos mais o prazer e o deleite, mas não para a “informação e o melhoramento” dos homens. Os enganos que a retórica engendra podem “ser considerados louváveis ou admissíveis pela oratória, no caso das arengas e nas orações populares”, mas devem ser totalmente evitadas em “todos os discursos que pretendem informar ou instruir”. Assim, parece que a retórica (a retórica sem sabedoria) fica limitada ao deleite e à comoção dos ouvintes. Enquanto seria à lógica (a retórica com sabedoria) que caberia informar e instruir os homens, à ela

<sup>13</sup> “*Ita omnis ratio dicendi tribus ad persuadendum rebus est nixa: ut probemus uera esse ea quae defendimus, ut conciliemus eos nobis qui audiunt, ut animos eorum ad quemcumque causa postulabit motum uocemus*” (Cícero, *De oratore*, II, 27, 116).

que se deveria recorrer quando se quer provar que são verdadeiras as coisas que defendemos.

Toda essa preocupação e agonia em relação à falta de confiabilidade em relação à linguagem humana, e à retórica em particular, todo esse desejo de uma língua tão precisa quanto a geometria, imune ao erro, que atingisse a verdade, sobretudo no campo das “ideias muito complexas, que são no mais das vezes palavras da moral”, levou, no período de Hobbes e Locke, até a ideia de uma língua artificial, livre das falácias da linguagem natural humana. Na Inglaterra do século XVII a rejeição à retórica fazia parte de uma “ansiedade”<sup>14</sup> presente nos filósofos ingleses a respeito das limitações da linguagem natural e os problemas que essas limitações poderiam implicar<sup>15</sup>. Mas voltemos aos antigos. Os filósofos e retóricos antigos já tinham consciência da “falibilidade” (ou melhor seria dizer da complexidade da linguagem humana), mas esse fato não lhes trazia a mesma angústia que vimos em Hobbes e Locke e em outros filósofos do século XVII.

Para Aristóteles, por exemplo, não haveria uma distância tão grande entre, por um lado, informar, instruir sobre o que é verdadeiro, provar que as coisas que defendemos são verdadeiras; e, por outro lado, os discursos que procuram o prazer e o deleite, como só elogios e os vitupérios (sim, porque vituperar parece ser, cada vez mais, uma fonte de deleite para o gênero humano). Ele já afirmara (*Retórica*, I, 9, 1367b) que o louvor e os conselhos têm um

<sup>14</sup> Skinner (2007, p. 265) expressa essa ansiedade por meio da seguinte pergunta. “Por que havia entre os filósofos ingleses do século XVII (por ele denominado ‘período da revolução científica’), como John Locke e Thomas Hobbes, tanta ansiedade em relação ao que era visto como uma crescente incapacidade de se conseguir, por meio da linguagem natural, um acordo a respeito da aplicação apropriada dos termos avaliativos?”

<sup>15</sup> Lia Formigari apresenta as tentativas que eles empreenderam para superar essas limitações da seguinte maneira: [...] surgem, sobretudo, na Grã-Bretanha, onde o latim era menos praticado, e onde o problema da comunicação científica era objeto de discussões difusas. A característica da língua universal é posta por Francis Bacon, nume tutelar da filosofia científica inglesa do século XVII, e a inspiração baconiana de projetos como de George Dalgarno (*Ars signorum*, 1661) ou John Wilkins (*Essay towards a Real Character and Philosophical Language*, 1668) é explicitamente declarada. A língua universal é apresentada como remédio para a falta de confiabilidade da língua natural, que Bacon já havia ressaltado com a sua doutrina dos *idola fori*: as falsas imagens das coisas que se aninham na fala, e que cada um de nós interioriza ao aprender a língua materna. Para os projetos de língua artificial contribuem diversos motivos, além da correção dos meios de transmissão do saber: o ideal enciclopédico renascentista, com a sua aspiração a uma organização total do que pode vir a ser conhecido; a herança das antigas ‘artes da memória’, entendidas como memorização de dados; diferentes projetos de reforma pedagógica e religiosa (Formigari, 2005, p. 83-84).

aspecto comum, porque aquilo que se aconselha, modificando a forma de expressá-lo, torna-se encômio, elogio. Se considerarmos que o louvor e a censura fazem parte do gênero demonstrativo, e o conselho faz parte do gênero deliberativo – aquele com o qual, na assembleia ou no Senado, se decide sobre o que convém ou não em relação ao futuro da *pólis* ou da república – podemos concluir que há uma proximidade e interação entre esses dois gêneros de discurso, o deliberativo e o demonstrativo. Consequentemente uma proximidade, como já dissemos, entre informar, instruir sobre o que é verdadeiro e os discursos que procuram o prazer e o deleite

Também Cícero no *De Partitione oratoria* aproxima esses dois gêneros, do ponto de vista das virtudes, dos vícios, e também do ponto de vista da utilidade para a cidade, do ponto de vista cívico ou político: “Não pode haver gênero de discurso que seja mais fecundo ao dizer ordenadamente ou mais útil à cidade, ou no qual o orador se ocupe mais do conhecimento das virtudes e dos vícios”<sup>16</sup>. E em Quintiliano encontramos a mesma ideia da utilidade do gênero demonstrativo para a vida da cidade ou da república, tanto na política como no fórum. Gênero de discurso esse em que, na visão de Hobbes e Locke, se visa mais o prazer e o deleite, no qual os enganos que a retórica engendraria podem “ser considerados louváveis ou admissíveis pela oratória”, o gênero de discurso das exortações, das arengas e das orações populares.

E de preferência começarei por aquele gênero que consiste em louvor e vitupério. Parece que Aristóteles e depois dele Teofrasto afastaram este gênero do lado prático, disto que em grego é *pragmatiké* e o relegaram somente aos ouvintes; e isso é próprio do seu nome que é derivado de ostentação. Mas o costume romano, além disso, inseriu essa função nos negócios públicos. Pois até os elogios fúnebres dependem mais frequentemente de alguma função pública e por deliberação do senado muitas vezes são confiados aos magistrados; e louvar ou vituperar a testemunha é pertinente ao momento dos julgamentos e até mesmo louvar os réus é lícito, e os escritos publicados [por Cícero] contra os rivais, contra L. Pisão, contra Clódio e Curião, contêm vitupério, porém, no senado são tidos como pareceres. E não nego serem desse gênero certos temas compostos

<sup>16</sup> “*Genus enim nullum est orationis quod aut uberius ad dicendum aut utilius ciuitatibus esse posset aut in quo magis orator in cognitione uirtutum uitiorumque uersetur*” (XX, 69).

apenas para a ostentação, como os louvores dos deuses e dos homens que os tempos passados relatam (Quintiliano, III, 7, 1-2)<sup>17</sup>.

A aproximação desses gêneros de discurso que já tinha aparecido no *De Partitione oratoria* de Cícero e agora aparece em Quintiliano vai de encontro com a separação estanque e intransponível entre lógica e retórica, ou entre uma função da linguagem limitada a instruir, informar sobre o verdadeiro, e outra, um potente instrumento de erro, que visa apenas a comoção das paixões por meio das artes da falácia. Quintiliano nos dá inclusive um exemplo no âmbito da retórica judiciária (na qual seria de se esperar que o objetivo fosse informar e provar o que é verdadeiro ou não em relação a um fato passado), em que seria possível avaliar as ações que alguém de maneira muito diferente pela qual ela já tinha sido avaliada. Em um jogo de palavras em que a linguagem poderia vier a ser considerada por alguém como um “potente instrumento de erro de falácia”. Eis o exemplo.

O acusador já apresentou sua *narratio* do caso em julgamento. E não se limitou a indicar os fatos ocorridos, mas acrescentou a ela palavras de ódio, exacerbou o fato com suas palavras, apresentou as provas, fez sua peroração, inflamou os juízes e os deixou cheios de ira contra o autor do crime. Os juízes, naturalmente, esperam do defensor a sua narração dos fatos. Se ele nada expuser, necessariamente eles acreditarão nos fatos assim como o acusador os narrou. E agora? Também o defensor deve narrar os mesmos fatos? Eis a resposta de Quintiliano:

Se se trata do tipo de crime em questão, visto que o fato é evidente, diremos as mesmas coisas, mas não do mesmo modo, proporei outros motivos, uma intenção diferente, uma outra razão. Será lícito mitigar algumas coisas: o luxo será abrandado com o termo generosidade, a avareza com o termo

<sup>17</sup> “*Ac potissimum incipiam ab ea quae constat laude ac uituperatione. Quod genus uidetur Aristoteles atque eum secutus Theophrastus a parte negotiali, hoc est pragmatike, remouisse totamque ad solos auditores relegasse; et id eius nominis quod ab ostentatione ducitur proprium est. Sed mos Romanus etiam negotiis hoc munus inseruit. Nam et funebres laudationes pendent frequenter ex aliquo publico officio atque ex senatus consulto magistratibus saepe mandantur, et laudare testem uel contra pertinet ad momentum iudicorum, et ipsis etiam reis dare laudatores licet, et editi in competitores, in L. Pisonem, in Clodium et Curionem libri uituperationem continent et tamen in senatu loco sunt habiti sententiae. Neque in fitias eo quasdam esse ex hoc genere materias ad solam compositas ostentationem, ut laudes deorum uirorumque quos priora tempora tulerunt*” (Quintiliano, III, 7. 1-2).

parcimônia, a negligência com o termo simplicidade [...] Quintiliano (IV, 2, 77)<sup>18</sup>.

A essência dessa técnica que parece nesse exemplo é substituir uma descrição avaliativa dada usando termos contrários a ela, que sirvam para caracterizar a ação com a mesma plausibilidade, mas que sirvam ao mesmo tempo para apresentá-la sob uma luz moral de sinal contrário. O objetivo é persuadir a audiência, no caso os juízes, a aceitar a nova descrição de um determinado comportamento, e assim a adotar uma nova atitude em relação a ele (Skinner, 2006: p. 308). No entanto, isso não significa que, para Quintiliano, essa técnica seria uma mera questão de substituir uma palavra por outra.

Alguns querem que haja catacrese<sup>19</sup> também quando se diz “coragem” no lugar de temeridade, ou “generosidade” no lugar de prodigalidade. Mas eu discordo deles, pois nesses casos, de fato, não se coloca uma palavra no lugar da outra, mas uma coisa no lugar da outra. Ninguém considera que “prodigalidade” e “generosidade” significam a mesma coisa, na verdade, o que acontece é que um diz que um comportamento é pródigo, outro diz que o mesmo comportamento é generoso, ainda que nenhum dos dois duvide que sejam de comportamentos diferentes (Quintiliano, VIII, 6, 36)<sup>20</sup>.

Quintiliano se recusa a considerar esse recurso retórico que explora as potencialidades de intervenção da linguagem na realidade como um exemplo de catacrese – segundo ele, justamente chamada também de *abusio*, “visto que a objetos que não têm um nome próprio, lhes fornece o nome que lhe está mais próximo [quanto ao significado]” (Quintiliano, VIII, 34)<sup>21</sup>. Na realidade, é a *res* – neste caso um determinado comportamento, uma determinada ação que comporta um vício ou virtude – que possui, ou pode vir a possuir, um

<sup>18</sup> “*Si de qualitate agetur, cuius tum demum quaestio est cum de re constat, eadem, sed non eodem modo: alias causas, aliam mentem, aliam rationem dabo. Verbis eleuare quaedam licebit: luxuria liberalitatis, auaritia parsimoniae, neglegentia simplicitatis nomine lenietur*” (Quintiliano, IV, 2, 77).

<sup>19</sup> Catacrese, ou *abusio*, aqui deve ser entendida como o uso impróprio de uma palavra.

<sup>20</sup> “*Illa quoque quidam catachresis uolunt esse, cum pro temeritate ‘uirtus’ aut pro luxuria ‘liberalitas’ dicitur. A quibus equidem dissentio: namque in his non uerbum pro uerbo ponitur, sed res pro re. Neque enim quisquam putat [et] ‘luxuriam’ et ‘liberalitatem’ idem significare, uerum id quod fit alius luxuriam esse dicit, alius liberalitatem, quamuis neutri dubium sit haec esse diuersa*” (Quintiliano, VIII, 6, 36).

<sup>21</sup> “*Eo magis necessaria catachresis, quam recte dicimus abusionem, quae non habentibus nomen suum accommodat quod in proximo est [...]*” (Quintiliano, VIII, 34).

caráter moral diferente do que nosso oponente lhe atribui. E essa diferença é possível não porque termos como “generosidade” e “prodigalidade” têm alguma proximidade semântica, ou alguma relação de sinonímia, ainda que remota, mas porque pertencem àquela classe de termos de uma língua, que, ao mesmo tempo que descrevem, avaliam.

O que torna possível a utilização desses termos diferentes para descrever um mesmo comportamento é um fato social, não exclusivamente linguístico, mas um fato social que se torna possível por meio da língua, e sobretudo por meio daqueles termos do campo moral que, como já foi dito, ao mesmo tempo que descrevem, avaliam. Já bem antes de Quintiliano, Aristóteles, em sua *Retórica*, mostra como é possível, tanto quando se elogia, como quando se vitupera, apresentar qualidades próximas, mas contrárias, como se fossem idênticas.

Além disso, devem ser consideradas, em função tanto do vitupério como do louvor, também as qualidades próximas àquelas existentes, como se fossem idênticas – por exemplo, apresentar como frio e insidioso um homem cauto, ou como bom um homem simples, o moderado como um homem insensível – e ao louvar se deve, à medida do possível, e no modo mais apropriado, escolher uma qualidade entre aquelas estreitamente ligadas, por exemplo, chamar de espontâneo um homem colérico e enlouquecido, ou de esplêndido e digno um homem arrogante, e considerar aqueles que se encontram em uma situação de excesso como se tivessem na posse das virtudes relativas a esses excessos, por exemplo, definir corajoso um temerário, generoso um perdulário. Isso parece ser verdade à maior parte das pessoas, e ao mesmo tempo permite chegar a uma conclusão paralogística<sup>22</sup> em relação à causa. Se, de fato, um homem se expõe a riscos quando não há necessidade, com maior razão parecerá provável que também o faça quando houver necessidade, e se é dissipador com os primeiros desconhecidos que encontra, mais ainda o será com os amigos: beneficiar a todos, com efeito, é um excesso de virtude<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> Esse adjetivo, derivado de *paralogistikós* (παρολογιστικός), é definido nos dicionários de grego como “próprio da arte de enganar com raciocínios capciosos; capcioso; falacioso”. Mas também podemos considerá-lo como derivado de *parálogos* (παράλογος), que significa “contrário às expectativas; inesperado; inopinado; insólito; inusitado”. (Cf. *Dicionário grego-português*, vol. 4 [Daisi Malhadas et alii]. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2009, p. 22).

<sup>23</sup> ληπτέον δὲ καὶ τὰ σύνεγγυς τοῖς ὑπάρχουσιν ὡς ταῦτὰ ὄντα καὶ πρὸς ἔπαινον καὶ πρὸς ψόγον, οἷον τὸν εὐλαβῆ ψυχρὸν καὶ ἐπιβουλον καὶ τὸν ἠλίθιον χρηστὸν ἢ τὸν ἀνάλητον πρᾶον, καὶ ἕκαστον δ' ἐκ τῶν παρακολουθούτων αἰεὶ κατὰ τὸ βέλτιστον, οἷον τὸν ὀργίλον καὶ τὸν μανικὸν ἀπλοῦν καὶ τὸν αὐθάδη μεγαλοπρεπῆ καὶ σεμνόν, καὶ τοὺς ἐν ταῖς ὑπερβολαῖς ὡς ἐν ταῖς ἀρεταῖς ὄντας, οἷον τὸν θρασὺν ἀνδρείον

A mesma ideia da proximidade e da possibilidade de confusão entre vícios e virtudes aparece, alguns séculos depois de Aristóteles, e mais ou menos um século antes de Quintiliano, em Cícero (*De partitione oratoria*, XXIII, 81), que adverte seu filho sobre a necessidade de distinguir bem entre virtudes e vícios:

E esses são, na verdade, os gêneros de virtude, e os gêneros dos vícios são os contrários. No entanto, eles devem ser discernidos diligentemente, para que esses vícios que parecem imitar a virtude não nos enganem. Pois a malícia imita a prudência, a desumanidade no desprezo dos prazeres imita a temperança e o orgulho pelo excessivo louvor imita a grandeza de espírito, a displicência o desprezo pelas honras, a prodigalidade a generosidade, e a audácia imita a coragem. A firmeza desumana imita a capacidade de suportar, a severidade a justiça, e a superstição a religião, a fraqueza de espírito a brandura, a timidez o pudor, a alteração sobre palavras e a logomaquia imitam a prudência do argumentar, e uma certa abundância vazia do dizer imita a força oratória. E parecem ser semelhantes às boas inclinações aquelas que são excessos no mesmo gênero (*De partitione oratoria*, XXIII, 81)<sup>24</sup>.

O que temos até aqui então seria o seguinte. Os retores e oradores, muitas vezes devem discursar, ou escrever, sobre temas que desconhecem, e com frequência se veem na contingência de defenderem pontos de vista, opiniões contrárias àquelas que tinha defendido anteriormente. Isso não só lança sobre eles uma duvidosa sombra: nunca se sabe se ou quando eles estão a dizer a verdade. Não sabemos nem mesmo se é isso que eles desejam, pois muitas vezes os oradores e retores (e até filósofos!) ensinam como concitar e se aproveitar do fato de os homens julgarem muitas as coisas mais “pelo ódio

καὶ τὸν ἄσωτον ἐλευθέριον· δόξει τε γὰρ τοῖς πολλοῖς, καὶ ἅμα παραλογιστικὸν [ἐκ] τῆς αἰτίας. εἰ γὰρ οὐ μὴ ἀνάγκη κινδυνευτικός, πολλῶ μᾶλλον ἂν δόξειεν ὅπου καλόν, καὶ εἰ προετικός τοῖς τυχοῦσι, καὶ τοῖς φίλοις· ὑπερβολὴ γὰρ ἀρετῆς τὸ πάντας εὖ ποιεῖν. σκοπεῖν δὲ καὶ παρ' οἷς ὁ ἔπαινος· (Aristóteles, *Rhetorica*, 9, 1367 a 33 – b 8).

<sup>24</sup> “Atque haec quidem virtutum; vitiorum autem sunt genera contraria. Cernenda autem sunt diligenter, ne fallant ea nos vitia, quae virtutem videntur imitari. Nam et prudentiam malitia et temperantiam immanitas in voluptatibus aspernandis et magnitudinem animi superbia in nimis extollendis et despicientia in contemnendis honoribus et liberalitatem effusio et fortitudinem audacia imitatur et patientiam duritia immanis et iustitiam acerbitas et religionem superstitio et lenitatem mollitia animi et verecundiam timiditas et illam disputandi prudentiam concertatio captatioque verborum, et hanc oratoriam vim inanem quaedam profluentia loquendi. Studii autem bonis similia videntur ea quae sunt in eodem genere nimia” (Cícero, *De partitione oratoria*, XXIII, 81).

ou amor, pelo desejo ou ira, pela dor ou alegria, pela esperança ou temor, pelo erro ou por qualquer outra comoção da alma”, e não pela verdade ou segundo o direito e segundo as leis.

Essa duvidosa sombra não se limita apenas a uma questão moral, nem se restringe ao campo da moral, mas tem um sério desdobramento político. Como vimos, desde a Antiguidade, passando pela Idade Moderna encontramos, na reflexão de filósofos e dos próprios retores e oradores, o perigo ínsito na retórica sem a sabedoria nas mãos (e nas palavras) de pessoas viciosas e de má índole, pois ela arruína a vida dos homens, envenena o povo, é contrária à paz, perverte as cidades e leva à dissolução da sociedade civil, da sociedade dos cidadãos. E a consciência e o medo desse poder da retórica sem sabedoria (ou simplesmente da retórica, oposta à lógica) e dos riscos que ele trazia foi tanto no século XVII inglês, que alguns filósofos políticos e da linguagem, poderíamos dizer assim hoje, chegaram a pensar e a propor a criação de línguas artificiais, pois para eles a língua natural sobretudo pervertida pela retórica, não poderia chegar à verdade e nem trazer paz e concórdia para os homens (e nem para os filósofos!).

A questão agora é saber se há algum modo, hoje em dia, de reler essas reflexões, antigas e modernas, sobre a retórica que nos tire dos impasses que os riscos e perigos apresentados nos dois últimos parágrafos nos levam. Como ver na retórica alguma racionalidade, fora da sombra duvidosa e perniciososa que a torna algo nocivo aos homens e para paz entre eles, capaz de arruinar cidades e dissolver as sociedades civis? E como chegar a essa nova visão da retórica quando vemos, ao menos nas reflexões dos autores que aqui citamos, que esses “riscos e perigos” estão já presentes naquilo que é uma das, digamos assim, matérias-primas da retórica: a linguagem humana? Haveria algum modo vermos e considerarmos a retórica como aquilo que Hobbes (2002 [1642], p. 193, 194) denominou “lógica”?

O historiador Quentin Skinner, num artigo intitulado “Interpretação, racionalidade e verdade”<sup>25</sup>, apresenta uma interessante abordagem a respeito da questão da veracidade ou falsidade (e da aparente irracionalidade) de certas ideias e crenças dos agentes históricos que os historiadores podem encontrar no decorrer de suas investigações, e de que forma eles podem,

---

<sup>25</sup> O artigo citado é o terceiro capítulo do livro *Lenguaje, Política e Historia*, o qual, como seu autor explica, é uma adaptação desenvolvida de outro artigo seu, intitulado “Reply to my Critics”, publicado em James Tully (edited and introduced by). *Meaning and Context. Quentin Skinner and his Critics*. Princeton University Press: Princeton, New Jersey, 1988, p. 235-259.

ou deveriam, lidar com esse tipo de ideias e crenças. Ele afirma que vários teóricos acreditam que quando o historiador se depara com uma crença “manifestamente falsa”, ou “obviamente incorreta” (as aspas são de Skinner), a própria existência dessa crença falsa, ou incorreta, aparentemente irracional deve ser explicada. Pois “[...] falsas crenças se devem a erros de raciocínios, e os erros de raciocínio requerem explicações adicionais, de um tipo diferente, das que necessitam no caso das crenças verdadeiras” (Skinner, 2007, p. 69 e 70).

De uma certa forma, tanto nas citações dos autores antigos, como naqueles modernos mais próximos a nós, Hobbes e Locke, vimos que a retórica, ou a retórica sem sabedoria, aparece como uma prática baseada em crenças que eles julgam falsas, ou uma prática que, por meio das artes da falácia tem por objetivo de criar e difundir crenças falsas e danosas para as homens e para as cidades, uma prática que se constitui em um potente instrumento de erro sem nenhum compromisso com crenças racionais cujo fim seria a verdade. E a questão de crenças verdadeiras ou falsas, por sua vez, nos leva à questão dos agentes que sustentam tais crenças e da racionalidade de suas crenças. A esse respeito Skinner afirma:

Quando falo de agentes que possuem crenças verdadeiras, quero dizer somente que suas crenças (as que eles sustentam como verdadeiras) deveriam ser crenças adequadas para eles nas circunstâncias em que se encontravam. Assim, uma crença racional será aquela que um agente adquiriu através de um processo de raciocínio confiável [...] tal processo pode ter proporcionado ao agente bons fundamentos para supor (em oposição ao mero desejar ou esperar) que a crença em questão era verdadeira (Skinner, 2007, p. 70).

Desse modo, conclui Skinner, o agente racional, de alguma maneira, cria aquilo em que ele deve acreditar, ou aquilo que pode vir a ser crível para ele, e isso significa que:

[...] um agente racional será alguém que sustenta suas crenças à luz de uma certa atitude em relação ao próprio processo de formação de crenças. [...] Os agentes racionais querem que as razões que eles dão para sustentar suas crenças sejam portadoras de uma verdade. [...] Assim, um agente racional se preocupará, pelo menos nos casos seriamente problemáticos, em identificar e eliminar qualquer inconsistência óbvia. Sobretudo, se interessará pela justificação de suas crenças. [...] Por isso, para considerar se suas crenças realmente podem ser justificadas, ele as deve conceber

criticamente, levando em conta, se é possível dizer, se elas se ajustam entre si e com a experiência perceptiva (Skinner, 2007, p. 71).

Retomemos alguns pontos desses trechos citados de Skinner. Eles nos fala de crenças verdadeiras no sentido de “crenças adequadas para seus agentes portadores os divulgadores nas circunstâncias em que se encontram”, crenças que “um agente adquiriu através de um processo de raciocínio confiável”, e que por isso o agente portador dessas crenças, no nosso caso um orador, ou retor, pode supor, e não apenas desejar ou esperar, que a crença que eles defendem seja portadora de uma verdade. Muito bem, de que modo se podem alcançar esses bons fundamentos que possam permitir a um retor ou orador suporem que as crenças que eles defendem sejam verdadeiras? De que modo eles as deveriam conceber de maneira crítica, para que elas se ajustem entre si e com a experiência perceptiva de seu tempo e de seu público? Em um primeiro momento parece que temos dois obstáculos nesse caminho.

Um deles é o instrumento de que os homens dispõem para descrever e avaliar coisas e as suas próprias ações, que é a linguagem humana, e esse instrumento acaba levando a uma situação bem complexa. E, sobretudo, no que diz respeito àqueles termos avaliativos (aqueles que mesmo tempo que descrevem, avaliam) do campo da moral, “àquelas ideias muito complexas, que são no mais das vezes palavras da moral, raramente têm o mesmo significado preciso em dois homens diferentes”, como dizia Locke (2007 [1690] III, IX, p. 6), e que fazem com que até mesmo os filósofos, segundo Hobbes (2002 [1642], p. 6), em momentos diferentes defendam opiniões diferentes, e estimem suas ações de modo muito diferente do que fariam se essas ações fossem cometidas por outrem”. Ou como afirmava Cícero, permite não só que ele e Crasso, enquanto oradores, discurssem um contra o outro, mas que também que cada um deles defenda, em momentos diferentes, aspectos contrários a respeito de uma mesma coisa, “enquanto o verdadeiro não pode ser mais que um” (cf. nota 1).

Essa possibilidade, com vimos em Aristóteles, Cícero e Quintiliano, não é uma invenção, uma das artes da falácia, pelas quais os oradores e retores poderiam deturpar a linguagem humana para atingir os seus objetivos às custas da verdade. Como Quintiliano nos ensina, a imprecisão que os termos avaliativos trazem consigo não estão nas palavras que os expressão, mas nas coisas (*res*) que elas indicam; ou os termos usados por Locke, a “dúvida e a incerteza no significado dessas palavras”, não estão nos sons

que as compõem, pois “de fato, quanto a isso todos os sons são igualmente perfeitos”. As dúvidas que os termos valorativos suscitam, portanto, estão “na diferença das ideias designadas por elas” (Locke III, IX, 4, 2007 [1690]). Ideias sobre as ações e atitudes, virtudes e vícios que encontramos no nosso mundo. Daí, como já foi visto, o desejo de uma linguagem artificial que nos livrasse dessa imperfeição da linguagem natural.

Um outro obstáculo é a maneira como os homens costumam julgar. Como nos alerta Cícero (cf. nota 4), é “mais pelo ódio ou amor, pelo desejo ou ira, pela dor ou alegria, pela esperança ou temor, pelo erro ou por qualquer outra comoção da alma, mais do que pela verdade ou por alguma disposição ou norma de direito, ou precedente legal, ou pelas leis”. O que leva, nas palavras de Locke que a argúcia e a fantasia sejam melhor acolhidas no mundo no mundo e que os “homens amam enganar e ser enganados”, como provaria a consideração e difusão que a retórica “potente instrumento de erro e de falácia” (Locke, 2007 [1990], III, X, p. 34) ainda tinha em seu tempo .

Esses dois obstáculos nos fazem voltar às questões inquietantes já expostas anteriormente: de que modo se podem alcançar esses bons fundamentos que possam permitir a um retor ou orador suporem que as crenças que eles defendem sejam verdadeiras? De que modo eles as deveriam conceber de maneira crítica, para que elas se ajustem entre si e com a experiência perceptiva de seu tempo e de seu público? Se a própria linguagem humana, da qual se serve a retórica, e a forma de os homens julgarem muitas coisas apresentam características tão pouco propícias para se alcançar a verdade

Um meio talvez possa ser um conceito de inovadores de ideologia apresentado por Skinner. Segundo esse historiador, esses inovadores têm diante de si um tarefa uma óbvia e difícil tarefa retórica: legitimar formas questionáveis de comportamentos sociais. Para isso devem demonstrar que ações aparentemente questionáveis podem ser descritas em termos favoráveis. Se eles tiverem êxito nessa sua tarefa retórica, podem deixar de lado, ou mesmo escamotear as descrições que condenam esses comportamentos (Skinner, 2007, p. 255-256).

De certa forma esses inovadores de ideologia são também agentes racionais, como vimos há pouco, ou pelo menos podemos ver esses inovadores empenhados na mesma tarefa do agente racional. Mas agora a tarefa se torna mais complicada, pois não basta ter razões para sustentar que a sua crença (do agente racional) traga em si uma verdade, nem eliminar as inconsistências óbvias nos casos mais problemáticos. Agora a ação é mais complexa, pois se trata também de “legitimar formas questionáveis de comportamento

social”, e para isso ele deve conseguir fazer que às suas ações questionáveis sejam aplicáveis termos favoráveis. Por exemplo, um inovador de ideologia, que aqui no nosso caso pode muito bem ser um orador ou retor, poderia tentar fazer que a uma ação ou um comportamento pródigo fosse aplicável, por parte de seu público, um termo favorável, no sentido de socialmente aceito pelo seu público, como o termo generoso. E aqui vale lembrar com Quintiliano (cf. nota 20) que nesse exemplo não há só o emprego de uma palavra no lugar da outra, “pois nesses casos, de fato, não se coloca uma palavra no lugar da outra, mas uma coisa no lugar da outra”.

Até agora aquelas questões inquietantes às quais nos referimos acima, com a intervenção na discussão do conceito de inovadores de ideologia, ainda estão sem respostas. Mas talvez se possa vislumbrar alguma resposta quando Skinner fala dos termos com os quais esses inovadores de ideologia podem lidar:

[...] o conjunto de termos que os inovadores de ideologia podem esperar aplicar para legitimar seu comportamento não pode nunca ser estabelecido por eles mesmos. A disponibilidade desses termos é uma questão acerca da moralidade predominante de sua sociedade, sua aplicação é uma questão sobre o significado e o uso dos termos implicados, e sobre o alcance em que esses termos podem ser plausivelmente ajustados. Esses fatores servem mais como restrições e diretivas para os que consideram que linhas de conduta lhes podem proporcionar os melhores meios para alinhar seus comportamentos questionáveis com algum princípio aceitável, de modo que se legitime a sua conduta, ao mesmo tempo que eles obtêm o que desejam. Os inovadores de ideologia não poderão pretender ajustar a aplicação dos termos existentes de maneira indefinida, de modo que só poderão esperar legitimar, e assim realizar, um conjunto correspondentemente restrito de ações (Skinner, 2007, p. 265).

Aqui há uma restrição aos inovadores de ideologias, e também aos retores e oradores, que ao mesmo tempo que lhes tolhe a liberdade de ação, tornam a sua ação e a sua prática mais aceitável e sua conduta mais legítima. E se a disponibilidade dos termos dos quais eles dispõe, o seu significado e o seu uso, assim como o limite dentro do qual esses termos podem ser ajustados, estão ligados à moralidade predominante da sociedade na qual estão inseridos, essa restrição, ao mesmo tempo, aumenta as possibilidades de que os inovadores de ideologia obtenham confiabilidade e a aceitação por parte de sua sociedade, no casos dos oradores e retores lhes aumenta a *fides*.

Inovadores de ideologia, assim como retores e oradores, nunca podem esperar aplicar temas estabelecidos por eles mesmos para legitimar seu comportamento e seus discursos. E no caso dos retores e oradores, isso vale para quaisquer dos três gêneros de discurso nos quais a retórica antiga: deliberativo, demonstrativo e judiciário. Mesmo no caso do discurso demonstrativo, que é o mais propício para a mudança e criação de novos valores, o orador deve considerar a linha de conduta e os termos que lhes podem servir melhor para apresentar ideias ou comportamentos questionáveis como se fossem aceitáveis, a fim de essas ideias e comportamentos e os termos que a descrevem sejam de fato aceitos pelo seu público e eles assim obtenham o que desejam.

Esse pode ser um modo de os retores e oradores obterem bons fundamentos que lhes permitam não apenas supor que as ideias e comportamentos que elas defendem possam ser consideradas verdadeiras e aceitáveis, mas também um modo de concebê-los de maneira que essas ideias e os comportamentos que elas exprimem se ajustem entre si e também com a experiência perceptiva de seu tempo e de seu público. Se considerarmos o orador e o retor como agentes racionais e inovadores de ideologia, a própria linguagem humana da qual se servem não é mais – ou pelo menos não o é apenas – um meio pouco confiável e tão pouco propício para se atingir a “verdade”, ou melhor dizendo, a aceitação das crenças que eles julgam verdadeiras. A linguagem humana, e sobretudo aqueles termos avaliativos do campo da moral, se tornam o parâmetro dentro do qual eles podem agir e ter esperanças que poderão tornar aceitáveis ideias e comportamentos que defendem e que querem ver aceitos.

Resta saber agora se o outro obstáculo a maneira como os homens costumam julgar muitas coisas. Afecções como o ódio, o amor, o desejo, a ira, a alegria e a esperança, o temor, o erro, a piedade, o desejo de vitória ou qualquer comoção da alma desse gênero que podem ser suscitadas e aplacadas pela linguagem. Aqui também, a princípio, poderíamos esperar às mesmas limitações a que estão sujeitos os inovadores de ideologia, retores e oradores, quando quisessem suscitar essas comoções da alma. E, do mesmo modo, poderíamos esperar que os termos que eles podem “aplicar para legitimar seu comportamento não podem nunca ser estabelecido por eles mesmos”, e sofrem uma restrição imposta pela “moralidade predominante de sua sociedade”.

Mas aqui a situação se complica, pois não se trata apenas da linguagem e de seus termos avaliativos, aqueles do campo da moral, considerados em

si mesmo, em termos teóricos, diríamos, mas da inteiração da linguagem entre os ouvintes do discurso de um orador ou retor e esses termos em uma determinada situação. Nessa inteiração que, nas palavras de Cícero, devemos sempre tomar cuidado para que “os vícios que parecem imitar virtudes não nos enganem” (cf. nota 24), os oradores e retores não estão, segundo Quintiliano, apenas fazendo um jogo de palavras, colocando uma palavra no lugar da outra, mas lidando com coisas que essas palavras indicam na realidade. É justamente aqui, quando a linguagem, sobretudo por meio de seus termos avaliativos (que têm a capacidade de criar novos valores), podem interferir na realidade por meio da ação de oradores e retores e da subjetividade do público, quando as palavras (*uerba*) se tornam coisas (*res*) que uma questão inquietante permanece: até que ponto a língua pode fazer com que uma coisa seja colocada no lugar da outra, ou fazer com que os vícios e erros que pareçam virtudes e acertos que não só dos enganem, mas também levem à ruína homens, cidades e governos?

Essa pergunta permanecerá aqui sem resposta. No lugar dela, apresentaremos, para concluir, mais questões a partir de alguns exemplos recentes dessa situação complicada à qual nos referimos no último parágrafo. Na esperança que as reflexões que trouxemos até aqui e os exemplos a seguir possam ajudar ao leitor curioso a encontrá-la, ou pelo menos procurá-la.

\*\*\*

Partiremos do seguinte pressuposto. Consideraremos como novos oradores e retores, representantes de uma “novíssima retórica” do século XXI, aqueles engenheiros do caos<sup>26</sup> cuja principal contribuição é essa enorme e onipresente máquina do ódio<sup>27</sup> e sua grande e diversificada produção de notícias falsas. Essa novíssima retórica apresenta algumas peculiaridades muito importantes.

A primeira peculiaridade dessa novíssima retórica é que ela se dirige, sobretudo, para um público virtual, por meio das redes sociais. Por mais que ela tenha repercussões importantes no mundo real, é sempre a partir e por meio do mundo virtual das redes sociais que ela atinge o mundo real. Outra peculiaridade é forma como eles procuram captar a simpatia e a atenção de seu público, ouvinte ou leitor, o que na retórica dos antigos romanos era

<sup>26</sup> Giuliano da Empoli. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Editora Vestígio, 2020.

<sup>27</sup> Patrícia Campos Mello. *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo : Companhia das Letras, 2020.

chamado de *captatio benevolentia*<sup>28</sup>. Ela se obtém atualmente pelo que se denomina de economia da atenção<sup>29</sup>. A economia da atenção, em poucas palavras, é um modo de se administrar a atenção humana como se ela fosse uma *commodity*, uma mercadoria em estado bruto e muito escassa, como se cada um de nós possuísse uma quantidade limitada de atenção, que deve ser atraída logo no primeiro contato, e o mais rápido possível, com seus ouvintes ou leitores. E um vez captada a atenção do seu público, a tarefa desses novíssimos retores<sup>30</sup> e oradores está completa, porque como veremos mais adiante, ela não tem por objetivo a persuasão.

Uma terceira característica são os objetivos peculiares dessa novíssima retórica. Eles foram muito bem descritos, séculos antes de se verificarem, por Hobbes, tanto que vale a pena lembrar aqui as suas palavras:

[...] tornar os seus ouvintes de tolos em loucos; fazer com que as coisas pareçam ainda piores a quem já andava maldisposto, e a quem estava bem-disposto pareçam más; ampliar suas esperanças e reduzir os perigos que correm, mais do que permite a razão, isso tudo eles devem àquela espécie de eloquência, não a que explica as coisas como são, mas à outra, que comovendo suas mentes faz todas as coisas parecerem ser tal como suas mentes já antes predispostas tinham imaginado que fossem (Hobbes, 2002 [1642], p. 194).

No final da citação acima, quando Hobbes fala que essa novíssima retórica faz com que para seu público “as coisas parecerem ser tal como suas mentes já antes predispostas tinham imaginado”, temos uma quarta característica. Apesar que seu público da Internet ser, ao menos potencialmente, o mundo todo, os retores e oradores dessa novíssima retórica não falam para todo mundo.

<sup>28</sup> Na retórica latina antiga essa era a função da *captatio benevolentia*, que pode ser traduzido por “captação a benevolência”. Refere-se a uma estratégia usada em pelos oradores, logo quando eles se dirigem a seus ouvintes ou leitores no inícios de seus discursos ou de seus textos escritos, visando conquistar a sua benevolência e atenção.

<sup>29</sup> Sobre a economia da atenção ver Crawford, Matthew B. *The world beyond your head: on becoming an individual in an age of distraction*. 1ª ed. New York: [s.n.] OCLC 903811577, 2015. E também O artigo da pesquisadora do MediaLab. UFRJ Anna Bentes, “A gestão algorítmica da atenção: enganchar, conhecer e persuadir”. Esse artigo é parte do livro *Políticas, internet e sociedade*, organizado por Fabrício Polido, Lucas Costa dos Anjos e Luiza Brandão, publicado pelo IRIS – Instituto de Referência em Internet e Sociedade. Disponível para download em <https://medialabufrj.net/wp-content/uploads/2019/08/BENTES-GESTAO-ALGORITMICA-politicas-internet-e-sociedade.pdf>

<sup>30</sup> Entre esses novíssimos retores da novíssima retórica poderíamos colocar, por exemplo, os especialistas em marketing político, *coachs* e afins?

Nem o principal objetivo deles é a persuasão, como se poderia esperar de uma retórica, mas fazer com que as coisas pareçam para seu público como eles já estavam predispostos a acreditar. Se essa novíssima retórica não busca primordialmente a persuasão, ela também tende a evitar o embate de ideias e pontos de vistas divergentes, e se na Internet é possível encontrar ideias e pontos de vista muito divergentes, ela efetua um corte, uma delimitação no universo da Internet. O seu público passa a ser grupos mais restritos, que se encontram no que se denomina câmaras de eco, termo tomado em empréstimo da acústica.

O termo câmara de eco se refere a uma câmara acústica na qual os sons reverberam em um invólucro oco. Nos meios de comunicação, uma câmara de eco, também conhecido como câmara de eco ideológica, é uma descrição metafórica de uma situação em que informações, ideias ou crenças são amplificadas ou reforçadas pela comunicação e repetição dentro de um sistema definido. Dentro de uma câmara de eco, as fontes dominantes muitas vezes são inquestionáveis e opiniões diferentes ou concorrentes são censuradas ou desautorizadas. A maioria dos ambientes de câmara de eco dependem de doutrinação e propaganda, a fim de disseminar informação, sutil ou não, de modo a atrair os que estão presos na câmara e a evitar que tenham habilidades de pensamento cético necessárias para desacreditar a desinformação óbvia<sup>31</sup>.

Ao longo deste artigo nós já nos deparamos com a sombra duvidosa e perniciososa que paira sobre a retórica deste a Antiguidade Clássica, sombra que tornava a retórica algo perigoso, um risco para os homens e a paz entre eles que poderia levar até à ruína das cidades. E essa sombra seria tanto mais intrínseca à retórica quanto esse risco e perigo estariam presentes na própria linguagem humana. E para tentar resolver esse impasse recorreremos, primeiramente ao conceito de agente racional utilizado pelo historiador Quentin Skinner. Se esse conceito foi de alguma utilidade (assim esperamos...) para uma tentativa de livrar a retórica clássica da sombra duvidosa e perniciososa

---

<sup>31</sup> Sobre as câmaras de eco ver Garrett, R. Kelly. "Echo chambers online?: Politically motivated selective exposure among Internet news users." In *Journal of Computer-Mediated Communication*: Blackwell Publishing, pp. 265–285, 2009. Essas câmaras de eco, com auxílio dos algoritmos, podem subdivididas até às suas unidades constitutivas. Nas redes sociais, as notícias em plataformas como Facebook e Instagram são organizadas e apresentadas por algoritmos que priorizam o conteúdo com base nas preferências de cada usuário em particular. De fato, é esse também o processo (que cria uma espécie de círculo) que, por meio do reforço do viés de confirmação, se formam as câmaras de eco.

que a acompanha desde praticamente seu nascimento, pelo que vimos das características daquela que denominamos novíssima retórica, esta é incompatível com esse conceito.

Um agente racional, retomando resumidamente a definição de Skinner, pretende que as crenças que eles sustentam sejam adequadas ao tempo e lugar em que se encontram, pretende que suas crenças tenham sido adquiridas por um raciocínio confiável que lhes deem bons fundamentos para supor que suas crenças sejam portadoras de uma verdade. Um agente racional, segundo se Skinner, se preocupará, nos casos mais problemáticos, em identificar e eliminar óbvias inconsistências, e em conceber criticamente suas crenças, e cuidando para que elas se ajustem entre si e coma experiência perceptiva do meio em que se encontram. Como já vimos por algumas características da novíssima retórica do século XXI, os retores e oradores que a ela pertencem não podem absolutamente ser considerados agentes racionais.

Na tentativa de livrar a retórica clássica daquela sombra duvidosa e perniciosa à qual já nos referimos, nos utilizamos também do que consideramos como desdobramento do conceito de agente racional: o conceito de inovadores de ideologia. E se esses dois conceitos pareciam, nessa tentativa, intrinsecamente ligados, parece que na novíssima retórica seria possível falarmos o inovador de ideologia como um agente não racional.

Com efeito, os retores e oradores dessa novíssima retórica parecem ser, ao mesmo tempo, agentes irracionais e, de certo modo, poderíamos também considerá-los inovadores de ideologia, que criaram uma certa ideologia, que teve fortes e variados influxos, tanto no campo da política nacional. Por exemplo, a acusação de comunista atribuída à centenária revista liberal inglesa *The Economist*, aceita como verdadeira e difundida por muitos. E também no campo da ciência em nível mundial, ao fazer circular as “hipóteses científicas” tais como o terraplanismo, ou a prescrição de medicamentos para combater protozoários no combate a uma doença causada por um vírus, e ao mesmo tempo atribuir “argumentos científicos” contra o uso de vacinas que podiam combater esse vírus.

Como já vimos, Skinner afirma que a difícil tarefa teórica dos inovadores de ideologia é legitimar formas questionáveis de comportamento social, que no nosso caso seria provar que a acusação ao semanário *The Economist* poderia ser o considerada uma “análise política aceitável”, assim como às “hipóteses científicas” citadas acima poderiam ser consideradas como fatos científicos. No entanto, seguindo a definição de Skinner, os termos ou expressões como “análise política aceitável” e “fato científico” também

envolvem o significado desses termos e expressões e o modo pelo eles são habitualmente usados na sociedade na qual os inovadores de ideologia se encontram e agem. Estes têm de “alinhar seus comportamentos questionáveis com algum princípio aceitável”, para que seus comportamentos sejam de alguma forma legitimados.

No caso dos agentes irracionais e inovadores de ideologia da novíssima retórica parece que eles podem se dar ao luxo de desconsiderar o significado dos termos e expressões e o modo pelo qual eles são habitualmente usados na sociedade em que esses inovadores se encontram e agem, e parece também que eles não precisam se preocupar em “alinhar seus comportamentos questionáveis com algum princípio aceitável” em seu contexto, para que seus comportamentos e discursos sejam legitimados. Uma vez estabelecida a câmara de eco na qual esse novo tipo de inovador de ideologia quer atuar, e sabendo administrar com eficácia a economia da atenção, fortalecendo o viés de confirmação<sup>32</sup> que predominam nessas câmaras, ele já tem os pressupostos necessários para atingir seu objetivo sem ter a necessidade de ser um agente racional, digamos assim, tradicional, nos termos usados por Skinner,

A segurança, a desenvoltura e a empáfia desses novos inovadores de ideologia da novíssima retórica, mesmo quando falam daquilo que não entendem, estão não só nas características dessa retórica que vimos aqui, mas também na certeza que eles tem de que os homens não apenas julgam, mas também são mais atraídos, sobretudo, por aquelas comoções da alma dos quais nos fala Cícero: ódio ou amor, desejo ou ira, dor ou alegria, esperança ou temor (cf. nota 4). E também na certeza, como nos diz Locke, de que “é evidente quanto os homens amam enganar e ser enganados” e que “é vão criticar essas artes do engano” (é da eloquência e da antiga retórica que ele está falando), nas quais os homens encontram prazer em ser enganados.

Uma última observação, ou algumas últimas suposições. A característica não racional desses retores oradores dessa novíssima retórica talvez, em um certo sentido, se limite a eles apenas. Talvez a irracionalidade deles possa estar a serviço de outros agentes históricos que nada têm de irracional. Afinal

---

<sup>32</sup> Viés de confirmação, também chamado de viés confirmatório ou de tendência de confirmação, é a tendência de se lembrar, interpretar ou pesquisar por informações de maneira a confirmar crenças ou hipóteses iniciais que já temos. As pessoas demonstram esse viés quando reúnem ou se lembram de informações de forma seletiva, ou quando as interpretam de forma tendenciosa. Tal efeito é mais forte em questões de forte carga emocional e em crenças profundamente arraigadas. As pessoas também tendem a interpretar evidências ambíguas de forma a sustentar suas posições já existentes.

de contas, se os homens amam enganar e serem enganados, se sentem prazer nisso, e se a novíssima retórica é tão eficaz em arregimentar e enganar pessoas que aparentemente amam ser enganadas, ela pode ser muito útil para aqueles agentes racionais que agem por de trás tanto dos enganadores como dos enganados, para de algum modo se beneficiarem da discórdia entre os homens e da ruína das cidades e das sociedades civis que essa novíssima retórica lhes pode proporcionar.

[Recebido em junho/2025; Aceito em julho/2025]

## REFERÊNCIAS

- ARISTOTELE. *Retorica*. Milão: Mondadori Editori, 1995.
- BACON. Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural. [1620], 1979.
- CICERO. *De inuentione*. Tradução de H.M. Hubbell. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993.
- CICERO. *De oratore*. Tradução de E.W. Sutton. London: W. Heinemann, 1988.
- DOMINIKI, William J. “As origens e o desenvolvimento da retórica romana” in *Mosaico clássico : variações acerca do mundo antigo*. José Amarante, Luciene Lages (organizadores.). Salvador : UFBA, 2012.
- FORMIGARI, Lia. *Linguaggio. Storia delle teorie*. Bari: Editori Laterza, 2005.
- GIULIANO DA EMPOLI. *Os engenheiros do caos*. São Paulo: Editora Vestígio, 2020
- HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, [1642] 2002.
- LOCKE, John (org. M.G.D’Amico & V. Cicero). *Saggio sull’intelletto umano*. (Testo inglese a fronte). Milão: Edizioni Bompiani, 2007 [1690]. (Il Pensiero Occidentale).
- MELLO, PATRÍCIA CAMPOS. *A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo : Companhia das Letras, 2020.
- QUINTILIANO. *Istituzione oratoria. Volume III, libri VII-IX*. Milão: Mondadori Editori, 1999.
- SKINNER, Quentin. *Lenguaje, Política e História*. Bernal: Universidade Nacional de Quilmes, 2007.